

**ADUBAR O CANTEIRO DA NARRATIVA, LER AS TRAMAS DA *AB URBE CONDITA*
*LIBRI***

Marinalva Vilar de Lima¹

RESUMO:

É a narrativa em seu fazer-se o foco da problematização que articula o “ler” as tramas livianas em sua História de Roma. Na vontade de “preparar a terra”, tal qual fazem os bons lavradores de todos os tempos pelo exercício da adubagem, é que nos propomos a ir à obra de Lívio para articular o que se diz contemporaneamente sobre a *ars narratoria* e o exercício realizado por aquele no ambiente de uma Roma que se apresenta sob restauração. Ambientação com que Lívio contribui com sua História “mestra da vida”, que repudia o presente e se volta para o passado. Espaço que evidencia lugar para o ensinamento, fabricado em um ritmo que mais se preocupa em assegurar possibilidades para o espelhar-se em ações virtuosas que se elaboram em detrimento daquelas engendradas sob auspício dos vícios. Lívio é aqui localizado enquanto o narrador que assume a condição de um provinciano arraigado ao seu território que volatiliza saberes advindos de experiências que a tradição legou à posteridade. A ênfase recai sobre dois aspectos pensados em condição relacional, as tramas selecionadas por Lívio da tradição que acessa e a que faz eco; e a visitação à sementeira latina para a (re)plantação de uma espécie que foi anotada na letra historiográfica enquanto desaparecida, eclipsada, repudiada e retornada, qual seja: a narrativa.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia da História, Historiografia antiga, Narrativa, Tito Lívio.

Por mais familiar que seja seu nome, o narrador não está de fato presente entre nós, em sua atualidade viva. Ele é algo distante algo de distante, e que se distancia ainda mais. (...). Uma experiência quase cotidiana nos impõe a exigência dessa distância e desse ângulo de observação. É a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. (BENJAMIN, 1993: 197).

Há para Benjamin um completo distanciamento entre a modernidade e a arte de narrar. Situação que coloca como base de provocação a perda da possibilidade de “intercambiar experiências”, haja vista que, como afirma: “(...) as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo” (BENJAMIM, 1993:198). Localizando essa desvalorização da narrativa ou perda da possibilidade de narrar como tendo se dado no final da 2ª guerra, evidenciando que: “os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável” (BENJAMIM, 1993: 198).

A seu ver haveria uma espécie de trauma coletivo que teria atingido a sociedade contemporânea que lhes inviabilizara a condição de narrar as experiências vivenciadas. Diante disso, as muitas versões

¹ Professora da Unidade Acadêmica de História e Geografia da UFCG. Leciona e pesquisa nas áreas de História Antiga e Medieval; Cultura popular e Teoria e Metodologia da História. É membro dos Programas de Pós-graduação em História e em Ciências Sociais da UFCG. Lidera o Grupo de Pesquisa em Estudos Culturais/Plataforma Lattes-CNPq. É membro do Laboratório de Estudos do Império Romano (USP). É Coordenadora Administrativa da UAHG.

que foram veiculadas sobre a guerra não se ligavam ao que era transmitido de “boca em boca” e aqueles que haviam estado nos *fronts* de combate não se sentiam pertencentes às histórias divulgadas.

Portanto, nessa esteira de compreensão, Benjamin vai dizer que os melhores narradores são aqueles que mais se aproximam das “histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIM, 1993:198). Cabendo aos historiadores contemporâneos o papel de se treinarem na técnica do narrar, buscando artifícios que viabilizem o retorno à narrativa por parte daqueles que pertencem às sociedades em que essa arte se perdeu. Há para Benjamin uma fonte a que todos os narradores recorrem, qual seja: “a experiência que passa de pessoa a pessoa” (BENJAMIM, 1993:198). Este, então, é o substrato que alimenta a narrativa.

Mas, a quem Benjamin atribui o lugar de narrador, considerando que esse indivíduo deva ter a capacidade de intercambiar experiências?

Ao indivíduo que viaja, por um lado, e ao que se mantém sedentário mimetizando valores e tradições. Eis como Benjamin nos apresenta o que seriam os dois tipos “arcaicos” de narradores: “Na realidade, esses dois estilos de vida produziram de certo modo suas respectivas famílias de narradores. Cada uma delas conservou, no decorrer dos séculos, suas características próprias” (BENJAMIM, 1993:199). Ainda que, Benjamin considere sejam estes apenas tipos fundamentais. Agrega a isso o fato de que a arte da narrativa e a identidade do narrador tenham, com o tempo (após o medievo), vivenciado uma interpenetração de lugares (BENJAMIM, 1993: 199). Assim nos lembra:

O sistema corporativo medieval contribuiu especialmente para essa interpenetração. O mestre sedentário e os aprendizes migrantes trabalhavam juntos na mesma oficina; cada mestre tinha sido um aprendiz ambulante antes de se fixar em sua pátria ou no estrangeiro. Se os camponeses e os marujos foram os primeiros mestres da arte de narrar, foram os artífices que a aperfeiçoaram. No sistema corporativo associava-se o saber das terras distantes, trazidos para casa pelos migrantes, com o saber do passado, recolhido pelo trabalhador sedentário (BENJAMIM, 1993:199).

Donde resulta que às narrativas da tradição serão anexados saberes advindos de lugares distantes, migrados nas bagagens desses narradores em movimento. Portanto, a compreensão mais aguçada sobre o que chama de “reino narrativo” só ocorre quando se considera esse terceiro nível da experiência narrativa.

Em se tratando de se pensar o conteúdo dos saberes veiculados pelo narrador há, no geral, a presença de um senso prático. Havendo a necessidade de se estabelecer uma comunicação entre o narrador e aqueles para quem as experiências são narradas que se faz em um nível, sobretudo, de ensinamento. Assim, a “natureza verdadeira da narrativa”:

(...) tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos (BENJAMIM, 1993: 200).

As compreensões de Benjamin sobre a narrativa e o narrador nos ajudam a pensar a escritura liviana, na medida em que é possível observar no *corpus liviano* o primeiro nível de narrador em articulação com a utilidade que pretende atingir nas tramas que narra. Da narrativa liviana é possível visualizar o caráter de ensinamento enquanto eixo norteador que a encadeia. Lívio recupera da tradição narrativas exemplares a que pretende fazer eco na comunidade para quem narra.

Muitas das características apontadas por Benjamim para pensar a natureza da narrativa fabricada pelos narradores podem ser localizadas na produção da história feita pelos historiadores antigos. Considerando os historiadores antigos enquanto aqueles que vão elaborar narrativas e, portanto, narradores de *logoi* tomo aqui a análise dos tipos fundamentais apresentados por Benjamin para desenvolver esse pequeno exercício analítico sobre a historiografia antiga, em especial da obra de Tito Lívio.

∴

Tito Lívio escreve um conjunto de livros em número de 142, dos quais apenas 35 nos são acessíveis. Sua *Historia de Roma* elabora um conjunto de saberes que se inicia mesmo com o retomar das lendas de fundação e vai até o final do I século a.C. Compreensão que o leva a informar ao leitor dos níveis de facilidade e dificuldade que se dão nas narrativas que veicula, considerando estabelecer com maior clareza e segurança os acontecimentos mais próximos de seu presente. Conforme palavras de Lívio:

Em cinco livros expus os feitos realizados pelo povo romano desde a fundação de Roma até sua conquista, história que abrange primeiro o domínio dos reis e, em seguida, o dos cônsules, dos ditadores, dos decênviros e dos tribunos consulares. Relatei as guerras no exterior e as discórdias civis. É uma história demasiado obscura, em parte por sua antiguidade, que a torna semelhante aos objetos difíceis de perceber a grande distância, em parte pela insuficiência e raridade de documentos escritos na época, única testemunha fiel dos feitos passados, uma vez que até os documentos registrados nos comentários dos pontífices e outros monumentos públicos e privados foram na maior parte destruídos no incêndio da cidade. A partir desse ponto, relatarei com maior clareza e segurança os acontecimentos ocorridos após o ressurgimento da cidade que, por assim dizer, nasceu novamente com mais vigor e fecundidade (TITO LÍVIO, LIVRO VI, CAP.I).

É como narrador herdeiro e mimetizador das experiências de seus ascendentes que Lívio visa provocar um diálogo exemplar com seus coetâneos. Escolhe personagens da legenda romana para estabelecer o “rosário” admoestador de que se faz voz.

Portanto, são procedimentos e feitos de homens como os de Marco Fúrio Camilo que Lívio localiza e a que outorga o lugar de excelência na história de uma Roma “refundada”. Resulta disso que, a partir do Livro VI, ao passo que explicita serem mais seguras as informações que veicula, nomeia cidadãos que tiveram os exemplos de suas vidas atrelados ao de Roma. Da narrativa sobre a implementação da República sobressaem perfis de homens e mulheres com que é preciso que seus contemporâneos possam estabelecer identificação.

É, por exemplo, num momento de turbulência da história da república romana em que há a ameaça de mais um enfrentamento entre Roma e Véios, que Lívio localiza a atuação de Camilo. Típico político que representa uma *gens* tradicional de Roma, Camilo nos é apresentado por Lívio nesse momento de perturbação cívica como um homem que articula respeito à tradição e grandeza de liderança. É, portanto, em uma Roma enquanto lugar de *exempla* de *uirtutes* que as representações livianas nos leva a apontar.

Sob o argumento de que a Roma de seu tempo havia reflexionado em modelos prejudiciais ao bom regimento da coisa pública, Lívio constroi sua história de Roma. Focaliza personagens da legenda romana da república que considera úteis, por seus perfis identitários, para a Roma da época imperial.

Uma Roma imperial que nasce sob os auspícios da restauração da ordem. Uma ordem que é enxergada [por Lívio] como tendo existido sob os períodos da realeza e, principalmente, da república. Assim, o discurso do respeito as instituições, a moral, a religião, etc, levadas a efeito na república, autoriza as práticas do então governador Otávio.

Sobre a participação, ou identificação, de Tito Lívio com os rumos dados pela política augustana para a cidade, Grimal considera que: “*Tito Lívio, sem dúvida, servia Augusto, mas apenas na medida em que este servia essa pátria profundamente amada*” (GRIMAL, 1997:78). Portanto, sintonizado com os ideais restauradores da época augustana, Lívio faz vir à tona uma Roma que se encontra encoberta, guardada em um passado que a tradição conservou. O discurso liviano apresenta-se sonante com a produção discursiva levada a efeito pelo círculo literário patrocinado pelo aristocrata Mecenas (GRIMAL, 1997).

No entanto, para além de se pensar sobre as influências das ideias e projeto político de Otávio na escrita de Tito Lívio é preciso considerar o percurso inverso. As análises de Roger Chartier (1990) sobre como os textos/produtos afetam os leitores/consumidores e os conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo contribuem para uma melhor

percepção desse exercício feito por Tito Lívio na *Ab urbe condita libri*, como também, um maior alcance do que foi o projeto restaurador da ordem do principado de Otávio Augusto. Situação que pode ser exemplificada se pensarmos que o próprio Augusto possa ter recepcionado, em seu projeto de restauração da sociedade romana, as idéias livianas, conforme nos chama a atenção Ronald Mellor (1999: 71) em sua análise sobre as relações estabelecidas entre o imperador e o historiador. De outro modo, temos que no processo de recepção há que se levar em conta os usos dado pelo leitor/imperador à narrativa liviana.

A respeito dessa Roma da experiência escriturística e histórica de Tito Lívio cabe lembrar as dimensões da vida romana atingidas pelo movimento restaurador enfeixado por Otávio Augusto e seu alcance geo-político. *Princeps* que se impôs no cenário da história de Roma, imprimindo na historia de Roma as marcas que dariam o tom ao início do império. Sua habilidade política lhe permitiu visualizar a necessidade de estabelecer uma articulação entre mundo temporal e espiritual, chegando a creditar seu poder ao desígnio dos deuses.

Desse momento da história romana vivido por Tito Lívio, Pierre Grimal (1997) diz ter ele tido a particularidade de merecer ser nomeado de “o século de Augusto” pela forma como o *princeps* se colocou e foi visualizado. Nas palavras de Grimal:

Octávio, filho de César e adoptado como Júlio César Octaviano, adorado pela arraia miúda como um deus, era o seu herdeiro, tinha que ser forçosamente um deus. Não diziam os mitos que Eneias, príncipe troiano, aportara às costas do Lavínio e se estabelecera no Lácio? Não fora Iúlo, filho de Eneias, o antepassado da *gens Iulia*? Não descendia também Rômulo, filho de um deus, de Iúlo? E não fora o próprio Eneias filho de uma deusa, Vênus, amada pelos romanos? E os augúrios e um cometa do céu não haviam dado o sinal? Não era convicção generalizada entre as forças vivas da sociedade e da cultura de então que uma nova era estaria por chegar, uma nova Idade de Ouro, uma era de paz e prosperidade sem igual para o Universo?

A impressão que nos fica de Augusto é de admiração. Político de gênio, grande e metucioso estrategico e, sobretudo, homem de acção. Ambicioso. Desejava o poder. Mas não para dele se servir como o príncipe de Maquiavel. Fica-nos a idéia de que acreditava sinceramente ter sido designado para uma missão civilizadora especial e que era de raça divina. (GRIMAL, 1997:10-11).

O discurso de Lívio ganha força, também, em virtude de sua retórica recorrer ao *ethos* da decadência, bastante utilizado pelos historiadores que lhe antecederam, recortando aspectos que mais interessava-lhe enfatizar: o desrespeito aos costumes e o abandono das antigas virtudes. Nas palavras de Lívio:

A meu ver, o que é preciso estudar com toda a atenção é a vida e os costumes de outrora, é a obra dos homens que na paz e na guerra ajudaram a construir e engrandecer o império. Em seguida, observar como o paulatino enfraquecimento da disciplina acarretou, por assim dizer, o relaxamento dos costumes e como sua decadência cada vez mais acentuada levou-os à queda brusca de nossos dias, quando a corrupção tanto quanto seus remédios nos parecem insuportáveis. (TITO LIVIO, PREFÁCIO: 18).

Discurso possível de ser localizado em alguns expoentes da época republicana (Políbio, Cícero, Salústio) e que, conforme comentários de Mazzarino (1991:13-31), ao discorrer sobre a questão em suas análises sobre o fim do mundo antigo, foi pensado a partir de uma larga soma de variantes advindas das mais distintas experiências históricas. Para ele teria sido Políbio a projetar a questão idealmente, haja vista ter articulado argumentos internos e externos que vão nortear os escritores posteriores. Nas palavras de Mazzarino “*Ainda assim o problema de Políbio continuará a ser colocado desde os primeiros séculos do império fundado por Augusto; ou seja, colocar-se-à o problema da morte de Roma antes mesmo que Roma de fato pereça*” (MAZZARINO, 1991:28).

O espectro do declínio da sociedade serve de monstro mimético de que Lívio faz uso para melhor construir o cenário para as narrativas e personagens moralizantes que seleciona da tradição. Em diálogo direto com o leitor prefacia a obra em tom de lastimação, pelos dissabores de sua época provocados pela riqueza, afluência de prazeres, luxo e deboche; e de humildade, por reconhecer que as épocas de que tratará foram prenhes de homens de virtude e costumes superiores, cultuando a pobreza e a economia dos recursos. A isso articulando comentários que objetivam poupá-lo de rivalizar com historiadores que lhe antecederam no assunto. Então vejamos:

(...) eu me sentiria feliz em dar minha contribuição pessoal para a celebração dos altos feitos do maior povo do mundo. (...)

Quanto a mim (...) uma das recompensas que busco em meu trabalho é encontrar nele, pelo menos enquanto estiver escrevendo sobre a antiguidade, um esquecimento dos males que durante tantos anos afligiram nossa época, e não ser obrigado àquelas precauções que costumam perturbar de certo modo o espírito do escritor, embora não o afastem da verdade. (TITO LÍVIO, PREFÁCIO: 17).

A narrativa de Lívio conduz ao regime republicano enquanto modelo que fora exercitado a partir do respeito as leis e à experiência dos mais antigos. Situação que o leva a recorrer constantemente não apenas aos exemplos dos períodos e dos acontecimentos que narra, mas a estabelecer memórias indefectíveis sempre que considera necessário. Nesse sentido, por

exemplo, vamos vê-lo recorrer à imagem do patrício Marco Fúrio Camilo em várias circunstâncias, tanto enquanto presença que se pode solicitar nos momentos cruciais de perturbações políticas internas ou externas, sendo conduzido ao consulado, à ditadura; quanto enquanto representação mimética muito tempo depois de sua morte.

É na campanha contra Véios, de que Marco Fúrio Camilo sai vitorioso, que Lívio nos apresenta quão virtuoso é esse cidadão romano. Camilo, ao ser nomeado ditador é escolhido pelo destino para a batalha contra Véios. Momento em que se cumpre antigo presságio segundo o que a cidade só seria destruída quando as águas do lago Albano escoassem para o campo. A prudência de Camilo atrai para si os favores da Fortuna. Consulta os auspícios e só depois ordena a que os soldados tomem as armas. Dirigindo-se aos deuses teria asseverado:

Sob teu comando, Apolo Pítico, e guiado por tua força divina, avançarei para capturar Véios, e te prometo o dízimo de seus despojos. A ti também, ó Juno, rainha dos deuses que atualmente habitas em Véios, suplico-te que nos acompanhes quando regressarmos vencedores à nossa cidade, que em breve também será tua, e onde te receberá um templo digno de tua grandeza. (TITO LÍVIO, LIVRO V, 21: 409).

Após a vitória, o ditador deu permissão para que os soldados realizassem a pilhagem. Os despojos eram exorbitantes, bem como a acolhida e triunfo de Camilo:

Quando foi anunciada em Roma a tomada de Véios, embora todos os prodígios tivessem sido conjurados, embora fossem conhecidas as respostas dos vates e as profecias da Pitia, embora a prudência humana houvesse aconselhado a escolha de Marco Fúrio, o maior de todos os generais, contudo, após tantos anos de lutas incertas e de tão numerosos fracassos, houve uma alegria imensa como se se tratasse de uma vitória inesperada. Sem aguardar o decreto do Senado, as matronas romanas invadiram os templos para agradecer aos deuses. O senado decretou quatro dias de ação de graças, prazo jamais concedido antes dessa guerra. (TITO LÍVIO, LIVRO V, 23:412).

Todas as ordens sociais, em grande multidão, comemoravam seu esplendoroso triunfo, superior a todos que já se havia visto em Roma:

Quando Camilo entrou na cidade em seu carro puxado por cavalos brancos, todos os olhares se voltaram para ele. Não parecia um simples cidadão, nem mesmo um ser humano, dizia-se. Rivalizando com Júpiter e com o Sol, o ditador despertava os escrúpulos religiosos. Por isso, esse triunfo foi mais brilhante que bem acolhido (TITO LÍVIO, LIVRO V, 23:412).

Esse mesmo homem, aureolado por vitória tão expressiva, mais tarde, acusado de ter se apossado dos despojos de Véios parte para o exílio, aceitando com tranquilidade cumprir os desígnios determinados pelas leis que regiam sua sociedade. Tal qual qualquer outro cidadão

comum é que vemos Lívio dissertar sobre o comportamento de Camilo em momento que poderia lhe fazer voltar-se contra seus compatriotas e sua pátria. Ainda que consciente de não ter cometido o crime de que o acusavam. Parte sob súplica aos deuses imortais: “(...) *que, se fosse inocente e vítima de uma injustiça, sua pátria ingrata cedo viesse a sentir-lhe a falta. Em sua ausência, foi condenado a uma multa de quinze mil asses pesados*”. (TITO LÍVIO, LIVRO V, 32:425). A narrativa de Lívio se alonga para bem demonstrar a grandeza de caráter de seu personagem, que retira-se sem cometer nenhum ato que venha a depor contra a parcimônia de sua personalidade.

Comportamento, que associado a ausência mesma de Camilo, para Lívio vai precipitar sobre a cidade a desgraça, ocorrendo a invasão gaulesa. Mesmo no exílio em Ardéia, Lívio diz ter Camilo sofrido mais com a infelicidade de sua pátria do que com a sua própria (LIVRO V, 43:438-439). Dando ao leitor ainda mais elementos para se afeiçoar a Camilo, agora não apenas responsável por grandes feitos em prol de sua pátria, mas cidadão de patriotismo exemplar que coloca acima de seus interesses os interesses de Roma.

Dando continuidade ao percurso biográfico de Camilo, Lívio diz que aquele, sabedor da situação em que se encontrava Roma, participa de uma assembléia em Ardéia, ainda que “*tivesse o hábito de abster-se de tais reuniões*”. (TITO LÍVIO, LIVRO V, 43:439). Os ardeates deliberariam sobre as providências a serem tomadas em face aos boatos de que os gauleses se aproximavam de seu território. Tomando da palavra na Assembléia dos ardeates pondera sobre os fatos que se aproximam, estabelecendo ligação entre Ardéia e Roma, ainda que reconheça o quão favorável é a situação dessa em face a um inimigo em desordem. Oferece seus serviços e compromete-se em dar-lhes a vitória (TITO LÍVIO, LIVRO V, 44:439-440). Os gauleses são massacrados pelos ardeates sob comando de Camilo. Nesse ponto da narrativa, Lívio passa a tratar dos acontecimentos e batalhas de que se ocupam os romanos, deixando ao leitor o exercício articulador entre os movimentos de Camilo e as decisões que vão ser tomadas pelo senado romano sobre o destino daquele. Discussão que vai ter como ponto de deflagração os males que os inimigos têm causado a cidade, muito mais por não se ter um comandante a altura de Camilo do que por mérito dos adversários. Eis a forma como Lívio nos narra a questão:

Foi decidido por unanimidade mandar chamar Camilo em Ardéia, não sem antes consultar o Senado em Roma, de tal modo o respeito ainda reinava acima de tudo, e que mesmo em situação quase desesperadora observavam-se as leis. (TITO LÍVIO, LIVRO V, 46:442).

Não se trata de simplesmente reconhecer as qualidades militares de Marco Fúrio Camilo, mas fazê-lo considerando e respeitando as instituições romanas. Ênfase narrativa que acompanha todo o texto de Lívio. Tanto assim que, ainda sobre o retorno de Camilo à Roma, ou melhor, ao campo de batalha na defesa de sua pátria, acrescenta:

Os emissários enviados a Camilo o trouxeram de Ardéia para Véios. Ou então, o que é mais provável, ele só teria partido de Ardéia após a certeza de que a lei fora votada, pois não podia mudar de residência sem o consentimento do povo nem tomar os auspícios à frente do exército sem ter sido nomeado ditador. A lei curiata foi aprovada e Camilo nomeado ditador, embora ausente. (TITO LÍVIO, LIVRO V, 46:442).

Enquanto isso, nos diz Lívio que os gauleses mantinham o cerco a Roma, estando os romanos resumidos a defender a cidadela. Uns e outros extenuados pela fome. Os defensores do capitólio resistiam a tão demorado cerco na expectativa da chegada do auxílio do ditador, mas o retardo da ajuda fez com que os soldados se rendessem. O Senado confia aos tribunos militares a negociação da paz com os gauleses. Ambientação em que Lívio apresenta a intervenção de Camilo:

Mas os deuses e os homens impediram que os romanos vivessem como um povo resgatado. Por um feliz acaso, antes que a infame transação fosse concluída e devido àquela discussão o ouro fosse totalmente pesado, o ditador chegou.

Camilo mandou levar o ouro e ordenou aos gauleses que se retirassem. Como estes resistissem alegando o tratado, Camilo declarou que o considerava nulo por ter sido concluído por um magistrado inferior, a sua revelia, depois que fora nomeado ditador. Avisou aos gauleses que se preparassem para a luta. Deu ordem aos romanos para que amontoassem as bagagens e preparassem as armas para recuperar sua pátria com a espada e não com o ouro, diante dos olhos os templos dos deuses, suas mulheres, seus filhos, o solo da pátria castigado pelos males da guerra, tudo enfim que tinham o dever sagrado de defender, reconquistar e vingar.

(...)

Tendo recuperado sua pátria aos inimigos, o ditador entrou em Roma triunfalmente. Em meio aos ditos jocosos dos soldados, normais nessas circunstâncias, foi chamado de Rômulo, pai da pátria, segundo fundador de Roma, elogias que bem merecera. (TITO LÍVIO, LIVRO V, 49:445-446).

Camilo é identificado como sujeito em que se articulam as virtudes necessárias ao romano conhecedor de seu papel na defesa da coisa pública, respeitador da ordem que a disciplina e a que devem se submeter virtuosa e incontestavelmente. Ordem que vemos Lívio apresentar a cada acontecimento que narra da história romana da época republicana. Tendo Camilo espaço privilegiado em sua narrativa por ser identificado em consonância com os propósitos formadores de Lívio. A exemplo disso, Lívio destina os capítulos 51 ao 54 ao

discurso que teria Camilo feito após a retomada de Roma aos gauleses. Estando a cidade destruída havia opiniões de que os romanos deveriam abandonar a cidade e habitar Véios, então florescente. Sendo Camilo de opinião contrária seu discurso será uma longa digressão de Lívio sobre o civismo e as qualidades necessárias ao indivíduo para cultivá-lo. (TITO LÍVIO, LIVRO V, 51-54). Compreensão que faz de Camilo, na narrativa de Lívio, o segundo fundador de Roma.

À nobreza de caráter público de Marco Fúrio Camilo corresponde, na narrativa de Lívio a conduta que adota no contexto privado. Nesse sentido, após realizar as ações para que as nomeações institucionais exigem retira-se da cena pública e acalma-se envolto em práticas ordinárias de sua vida privada. Sua individualidade é construída enquanto sujeito desprovido de orgulho ou exigências fúteis. Homem de hábitos ordinários afastado do luxo ou exageros de comportamento. Sua morte se dá em meio a uma epidemia que grassou Roma alguns anos após a refundação.

Exemplum que é retomado por Lívio ao narrar as acusações de Papirio Cursor a Quinto Fábio, quando esse último sendo comandante da cavalaria travou batalha com o inimigo na ausência do ditador. Sendo citado pelo ditador, mesmo tendo vencido a batalha, para que seja respeitada a lei e que o acusado seja punido. Na circunstância narrativa Lívio rememora – no discurso que atribui ao pai de Quinto Fábio, Marco Fábio - um fato semelhante que se passara com Marco Fúrio Camilo e Lúcio Fúrio, tendo desfecho diferente, tanto na batalha quanto na atitude do então ditador:

Quando Lúcio Fúrio travou um combate, que perdeu de maneira desonrosa, desprezando a velhice e autoridade de Marco Fúrio Camilo, este, na ocasião, controlou sua cólera e não escreveu ao Senado ou ao povo contra seu colega. E ainda mais: após seu regresso, quando o Senado o deixou livre para escolher entre seus colegas, preferiu-o aos demais tribunos consulares, associando-o ao seu comando. (TITO LÍVIO, LIVRO VIII, 33:189).

Assim, vamos encontrar a referência a Camilo em outros momentos da história de Roma, agora na condição de integrante do panteão dos ancestrais romanos dignos de memória. Ideal personalístico que Lívio objetiva incutir em seus leitores, mesmo que consideremos que pratica uma história mimetizadora de modelos e contra-modelos. No que tange aos *exempla* de que lança mão pelo desrespeito com que se apresentam face ao ideal de *uirtus* percebemos que Lívio os apresenta dentro de uma estrutura narrativa que parece ter como objetivo maior provocar a indignação do leitor/romano da época augustana, alvo a que endereça sua escritura. No tocante a força que os desviantes da ordem têm enquanto argumento narrativo para as pretensões

enfeixadas por Lívio, acompanhemos, a título de ilustração, a forma como constrói sua narrativa sobre a denúncia pública e punição do traidor, da batalha contra Fidenas, Métio Fufécio. Passagem em que Lívio articula, antagonicamente, os exemplos de Tulo Hostílio e Métio Fufécio.

Tulo então proferiu as seguintes palavras: ‘romanos, se algum dia houve uma guerra em que tivestes razões especiais para primeiro render graças aos deuses imortais e depois a vossa própria coragem, esta foi sem dúvida a batalha de ontem. Tivestes de lutar não só contra o inimigo, mas também - combate ainda maior e mais perigoso - contra a traição e a perfídia de nossos aliados. Não vos enganéis. Foi sem minha ordem que os albanos subiram às montanhas. Não dei semelhante ordem mas julguei prudente fingi-lo para que, ignorando a traição, não perdêsseis o ardor do combate, e também para que o inimigo ao julgar-se batido pela retaguarda fosse tomado de pânico e debandasse. Reconheço que a culpa não é de todo dos albanos. Eles seguiram seu chefe como vós também teríeis feito se eu próprio vos ordenasse qualquer manobra. Métio foi o responsável por este movimento, o próprio Métio que maquinou esta guerra, Métio que rompeu a aliança entre Alba e Roma. Que alguém ouse reproduzir a façanha se eu não fizer deste homem um exemplo edificante para todos os mortais’.

Os centuriões armados cercaram Métio. (...) Tulo então prosseguiu: Métio Fufécio, se pudesses aprender ainda a respeitar os juramentos e os tratados, eu te pouparia a vida e seria eu próprio teu instrutor. Mas, como teu caráter é irrecuperável, que ao menos teu suplício ensine os homens a considerarem sagrados os compromissos que violasse. Assim como ontem dividias tua alma entre Fidenas e Roma, hoje é a vez de teu corpo ser também dividido.(TITO LÍVIO, LIVRO I, 28).

Tulo decide por um suplício que provoca um horrível espetáculo, mandando amarrar os membros do traidor a duas quadrigas para em seguida serem distendidos e arrastados pelos cavalos que foram conduzidos em direção oposta. Supliciamento que Lívio narra em detalhe, para em seguida arremeter uma observação que contribui para a compreensão do nível terrificante provocado pelo espetáculo: “*Foi a primeira e última vez que os romanos empregaram esse suplício que desprezava as leis da humanidade*” (TITO LÍVIO, LIVRO I, 28). Pois mesmo os castigos são apresentados por Lívio como devendo respeitar limites, evitando assim, via punição o embrutecimento dos espíritos, de que pretende ser formador.

Temos, pois, na longa passagem recortada da obra de Lívio, o uso dos dois movimentos fundamentais de sua construção narrativa *exemplar*, apresentados pelos perfis de Tulo Hostílio e Métio Fufécio, um e outro, ideais miméticos conservados pela tradição romana que interessam a Lívio focalizar. Lívio constrói um grandioso escopo de representações visando libertar seus contemporâneos dos erros em que têm incorrido.

Os *exempla* livianos podem ser compreendidos como imagens discursivas que mimetizam atitudes, comportamentos, relações político-sociais das *gentes* romanas em uma

época, apresentada por Tito Lívio, como áurea. Estes são utilizados por Tito Lívio enquanto instrumentos que permitem colocar a questão da *uirtus*, sobretudo, dos tempos republicanos. Mimese que visa a modelar os comportamentos dos cidadãos romanos de seu tempo, representando o ausente.

A prosa liviana assume um caráter de anais, afastando-se dos prosadores que optavam por recortes mais pontuais e definidos, narrando uma guerra ou acontecido específico. Sua narrativa do passado apresenta-se em clara conexão com o presente, articulação que reconhece e reivindica (HARTOG, 2001:18).

É sobre e para uma Roma que coloca acima das vontades individuais que Lívio fala e está a serviço enquanto partícipe do projeto restaurador do *princeps*, mas, antes de tudo, edificador de *uirtus*. Fórmula que desenvolve a partir do estabelecimento de uma constante conexão entre as experiências que narra do passado e as possibilidades de verificação no presente, visto que se preocupa com as reminiscências que alcançam sua época, como se pode depreender nos excertos que segue:

Ainda hoje, quando se trata de votar leis ou nomear magistrados, os senadores conservam esse direito, que todavia constitui mera formalidade. São convocados a dar sua aprovação antes das eleições, quando ainda são conhecidos os resultados. (...)
Houve, assim, um ano de interregno entre dois reinados, donde o nome de interregno usado ainda em nossos dias (TITO LÍVIO, LIVRO I, 17).

No nível atual de nosso estudo arriscamos dizer que Tito Lívio dedica a maior parte de sua atenção às façanhas dos homens pertencentes às *gentes* que foram responsáveis pela elaboração e pelo fortalecimento das instituições romanas; pela expansão de Roma dentro e fora do Lácio; pelo cultivo da religiosidade pública e privada e demais costumes. Com isso, enquanto um escritor que articulou estratégias textuais para cumprir seus objetivos, Tito Lívio visava contribuir na formação de novas posturas a partir de um exercício de identificação entre os romanos de sua época e seus antepassados. Fabrica a memória do ausente para (re)vivificar seu presente, tempo sobre o que é possível rastrear as marcas em sua escrita da história.

Sobre essa questão, Michel de Certeau (2000) chama a atenção para a necessidade de se observar a particularidade do lugar de onde o historiador fala:

(...) o gesto que liga as 'idéias' aos *lugares* é, precisamente, um gesto de historiador. Compreender, para ele, é analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência. Quando a história se torna, para o prático, o próprio objeto de sua reflexão, pode ele inverter o processo de

compreensão que refere um produto a um lugar? Ele seria neste caso, um fujão (...).(CERTEAU, 2000:65).

Na seqüência, argumenta que conceber a história enquanto uma “operação” implica em analisar “(...) a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)” (CERTEAU, 2000:66). Elementos que por se encontrarem “não ditos” nos discursos, necessitam ser analisados a fim de possibilitar “(...) dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto”. (CERTEAU, 2000:66).

Assim, considerar Lívio no exercício de intercambiar experiências enquanto narrador em uma sociedade como a Roma imperial, em que as ações da experiência estavam em alta é, aprioristicamente, observar que nesta há um largo substrato material de onde vai retirar seus conteúdos narrativos.

Em específico, a épocas a partir de onde Tito Lívio anuncia as narrativas que elabora é de grande fertilidade narrativa e, mesmo, de maior expressão em termos da produção discursiva clássica. Lívio fala considerando suas experiências em uma Roma que, a época, passava pela restauração augustana que se respaldou nas obras de poetas, historiadores e memorialistas para ser legitimada discursivamente. A escritura liviana se articula ao aparato de ações em que um sistema político novo vai ser inaugurado.

Na perspectiva do nos diz Benjamim sobre o narrador e, conseqüentemente, a narrativa seria possível indagar sobre a possibilidade de se pensar o campo a partir de elementos fixos? Uma “*Ars narratoria*”? Em sendo isso possível, haveria como articular os emblemas próprios para sua enunciação?

Aqui evidenciamos um Tito Lívio, provinciano que se manteve ligado à sua terra de que resultam os saberes tradicionais com que preenche sua obra. Escolhas narrativas com que pretende atingir os romanos da “*pax romana*”, assumindo um lugar de narrador no sentido pensado por Benjamim para o primeiro modelo de narrador de que trata. O endereçamento dado por Lívio às tramas que narra é o romano da Roma em restauração a que defende e de que tomamos conhecimento pela permanência da obra liviana. No entanto, saber se o efeito pretendido por Lívio foi atingido remonta à questões ligadas as possibilidades de se fazer uma história da leitura e das apropriações dos leitores, campo, sem dúvida, exige do historiador outras ferramentas narrativas que estão além do acesso à obra de Lívio.

Remeto aqui o leitor para as observações feitas por Robert Darnton (1998) acerca das análises do historiador da leitura ao se voltar para épocas que não a dele própria, considerando ser esse um esforço que quase nunca logra êxito. Na contemporaneidade temos sido bastante advertidos pelos historiadores da leitura para o fato de que a realização de uma história do leitor e da leitura está cercada de dificuldades próprias de um campo que se constitui por uma dinâmica do fluir incessante de idéias que se elaboram a partir das sensibilidades despertadas pelos “textos”; pela a forma material com que estes se apresentam ao

leitor; e pelas maneiras de ler adotadas pelos leitores (1990). Ainda retomando as observações de Darnton há que se considerar que as épocas constroem atmosferas próprias em que “caem” os “textos”.

Donde cabe sumariar que as narrativas de Lívio trazem histórias que ele acessou na vasta tradição que acessou dirigindo-as para aqueles que, como ele, permaneceram em seus redutos natalícios ou em movimento em direção às franjas do império romano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. Trad.: Mauro W. Barbosa de Almeida, São Paulo: Perspectiva, 1992 (Coleção Debates).
- ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. A poética clássica, trad.: Jaime Bruna, 7^a. ed., São Paulo: Cultrix, 1997.
- ARISTÓTELES. A Constituição de Atenas, Trad.: Francisco Murari Pires, São Paulo: Hucitec, 1995. (texto bilíngüe).
- ARISTÓTELES. Política, Trad.: Torrieri Guimarães, São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção a obra-prima de cada autor).
- ARISTÓTELES. Del Sentido y lo Sensible. De la Memória y el recuerdo. Trad.: Francisco de Samaranch, Aguilar, psikolibro.
- BARTHES, Roland. “O discurso da História”, in: BARTHES, Roland. O rumor da língua, Lisboa-PT: Edições 70.
- BENJAMIN, Walter. Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura, trad.: Sergio Paulo Rouanet, 6^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1993, p.198 (obras escolhidas, vol.1).
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CERTEAU, Michel. A escrita da história. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- DARNTON, Robert. Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária, Trad.: Hildegard Feist, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DUJOVNE, León. El pensamiento histórico en la Antigüedad Greco-romana. In: La Filosofía de la Historia en la Antigüedad y en la Edad Media. Buenos Aires-Argentina: Galatea-Nueva Visión, 1958.
- FINLEY, M. Os gregos antigos, Trad.: Artur Morão, Lisboa: Edições 70, 1988.
- FINLEY, Moses I. Aspectos da antiguidade, trad.: Marcelo Brandão Cipolla, São Paulo: Martins fontes, 1991.
- GRIMAL, Pierre. A Civilização romana, Trad.: Isabel St. Aubyn, Lisboa: edições 70, 1993. (Coleção Lugar da História).
- GRIMAL, Pierre. O século de Augusto, Trad.: Rui Miguel Oliveira Duarte, Lisboa: edições 70, 1997.
- HARTOG, François. O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro, Belo Horizonte-MG: Editora da UFMG, 1999.
- HARTOG, François. “A arte da narrativa histórica”, in: BOUTIER, Jean e JÚLIA, Dominique. Passados recompostos: campos e canteiros da História, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora da FGV, 1998, p.193-202.
- HERÓDOTOS. Histórias, Trad.: Mário da Gama Koury, Brasília:UNB, 1989.
- JONES, Peter V. (org.). O mundo de Atenas: uma introdução à cultura clássica ateniense, Trad. Ana Lia de Almeida Prado, São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LUCIANO DE SAMÓSSATA. Como se deve escrever a história, Trad.: Jacyntho Lins Brandão, Belo Horizonte-MG: Tessitura, 2009.

OVÍDIO. A arte de amar (ars amatoria). Trad.: Natália Correia e David Mourão-Ferreira, São Paulo: Ars poética, 1992. (edição bilíngüe).

PLATÃO. Diálogos (Mênon, Banquete, Fedro), Trad.: Jorge Paleikat, Rio de Janeiro: Ediouro, Tecnoprint, s/d.

POLÍBIOS. Histórias, Trad.: Mário da Gama Kury, 2^a ed., Brasília:UNB, 1989.

SALÚSTIO. Guerra catilinária, guerra jugurtina, trad.: Barreto Feio, Rio de Janeiro: Ediouro, Tecnoprint, s/d.

TITO LÍVIO. História de Roma (AB URB CONDITA LIBRI), Trad.: Paulo Matos Peixoto, São Paulo: Paumape, 1989. (v. 1).

TITO LÍVIO. História de Roma (AB URB CONDITA LIBRI), Trad.: Paulo Matos Peixoto, São Paulo: Paumape, 1989. (v. 2).

TITE-LIVE - *Histoire Romaine*. Paris, “Les Belles Lettres”, texte établi par J. Bayet et traduit par G. Baillet, tome I, livre I.